

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
CAMPUS BOTAFOGO
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – ECJ
CURSO DE DIREITO



PEDRO GOMES MOURA SANTOS

**AS DUAS VERSÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DA SITUAÇÃO DE RUA: PODER
PÚBLICO E PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA**

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2019

PEDRO GOMES MOURA SANTOS

**AS DUAS VERSÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DA SITUAÇÃO DE RUA: PODER
PÚBLICO E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola de Ciência Jurídica da Universidade Federal
Do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial
à obtenção do diploma de graduação em direito, sob
orientação do professor Rodolfo Noronha.

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 2019

Dedico todo esse esforço empregado neste trabalho que aqui você lê a todas as pessoas que por qualquer motivo que seja, em qualquer situação que se encontrem, não sintam que tenham um lar ou um grupo pra chamar de seu, ou estejam de certa forma afastados dele.

Não poderia gratificar aqui milhares de pessoas que de muitas formas contribuíram para que eu esteja aqui escrevendo à quem lê, tenho muito a agradecer ao professor Rodolfo Noronha, que contribuiu bastante com a construção desta pesquisa e me mostrou um lado desconhecido da academia, para mim. Porém eu certamente não estaria nessa instituição e provavelmente num curso de direito se não fosse por um ato de um grande amigo, que manteve fé em mim mesmo quando eu não tive. Muito obrigado, Crazy!

Resumo

Apesar de presente da vida de qualquer morador das grandes cidades brasileiras, pouco se discute sobre o assunto fora da esfera da caridade, pouca informação sobre a situação legal e formal circula dessas pessoas. Este trabalho se propõe a discutir as recentes mudanças em relação ao planejamento do poder público em contraste com a visão pessoal das pessoas atingidas por essas políticas públicas, trazendo então a exposição dos conceitos expostos nessas recentes mudanças legislativas e de políticas públicas em conjunto com o trabalho de campo, que objetivou captar como os moradores de rua enxergam toda a situação e sua relação com poder público no Rio de Janeiro.

Palavras Chave: Pessoas em Situação de Rua. Políticas Públicas.

Abstract

Even present in daily routine of any citizen living in the big cities of Brazil, not much is said about this problem besides the charity discussion, very few information about that population circulates, in the light of legal and formal aspect. This investigation aims to focus to discuss the recent changes that has been made about this matter, contrasting with the personal view of the people affected by these changes, bringing the exposition of these new planings of public policys and the concepts brought with them along with a field research, that had the objective of capture how the people that made the streets of Rio de Janeiro their home view this situation.

Keywords: Street Population. Public Policies.

SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais	1
1.1 Metodologia.....	2
1.2 Objetivos.....	3
2. Quem são os moradores de Rua?	3
3. Políticas Públicas	8
3.1 SUAS.....	15
3.2 PNAS.....	16
3.3 LOAS.....	17
4. Depoimentos dos moradores de rua	18
5. Relato	43
6. Considerações finais	46
7. Referências Bibliográficas	49

1 – Considerações Iniciais

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na análise da relação do poder público, atuando através de políticas públicas, com a população em situação de rua. Apesar de muito comum no cotidiano urbano, pouco conhecimento formal e acadêmico é produzido a respeito da situação em que cada vez mais brasileiros se encontram, brasileiros estes que por diversos motivos acabam chamando as ruas de lar. O interesse para pesquisar sobre o tema partiu da curiosidade deste aluno em saber como se dá essa situação tão comum sob a perspectiva da formalidade e a partir disso demonstrar como essas pessoas enxergam esses aspectos formais, tão comuns na academia e no curso de direito.

A partir da Constituição de 1988, a intenção de se fazer com que a sociedade participe ativamente do planejamento das políticas públicas, tornou possível a criação de diversas organizações que lutavam por seus direitos, pleiteando participação das discussões que lhe tocavam de alguma forma. Dentro deste contexto surge o MPR (Movimento da População de Rua), criado logo após um massacre de moradores de rua ocorrido em São Paulo no ano de 2004 e que começa a pressionar o estado para que sejam concretizados os direitos fundamentais expostos da recente Constituição.

Nessa mesma Época (meados dos anos 2000) o tema ganha espaço na agenda do governo federal que passa a incluir este público em suas normativas, buscando garantir o seu acesso aos serviços públicos. As primeiras normativas nesse sentido foram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que assegurou cobertura a essa população, e a Lei 11.258/2005, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e estabeleceu a obrigatoriedade de criação de programas de amparo a essas pessoas.

Essas medidas inauguram um novo modelo de relacionamento do estado com esta população. Se antes as ações estatais eram marcadas pela falta de uma padronização nacional e pela perspectiva caritativa ou repressora, a partir desse período o governo federal passa a propor políticas públicas que pretendiam propiciar autonomia a essas pessoas, objetivando garantir seu acesso aos serviços públicos. Mesmo depois de expressas na Constituição Federal de 1988, essas propostas de afirmação de cidadania e efetivação de direitos exigiram um grande lapso temporal para serem implementadas, o que significa afirmar que as mudanças ocorreram parcial e localizadamente, coexistindo com iniciativas do poder público, caracterizadas pelo controle e repressão às pessoas em situação de rua.

Apesar do quão complexa a situação aparenta ser sob o aspecto formal, nossa sociedade urbana tem uma visão bem simplificada da situação, onde a maioria das vezes se reduz o problema a vício ao álcool e outras drogas ou as vezes justificando essa situação moderna e complexa como “vagabundagem”, como se as pessoas que se encontram nessa situação estivessem na rua por não quererem trabalhar. Todo esse estigma social que ronda essa população faz com que a discussão passe cada vez por aspectos que não condizem com a realidade dessas pessoas e deixem de abarcar o real problema, que não pode ser generalizado.

A presente monografia então se estrutura em duas partes, a primeira faz um resgate dos conceitos e medidas do governo para com as pessoas em situação de rua, os estigmas e preconceitos que recaem sobre ela. Na segunda parte debruçamo-nos sobre o acesso dessa população às políticas públicas, sociais e de saúde através de seus depoimentos.

1.1 – Metodologia

A metodologia empregada nessa pesquisa juntou estudos bibliográficos, a fim de se demonstrar a visão da academia e das instituições do governo a respeito do tema. Ilustrar através de um panorama temporal da construção da legislação e planejamentos do tema, passando por conceitos retirados de trabalhos acadêmicos, livros e definições dadas por instituições governamentais relacionados ao tema. Também faz parte dessa reflexão analisar os dados sobre quais se debruçam as autoridades que formulam todas as mudanças na relação do Estado com a população de rua.

Após isso se passou a observar a visão da população de rua sob os aspectos formais que foram trazidos. Ao longo de 3 meses, foi realizada a coleta de entrevistas que foram selecionadas e aqui constam. Coletados em 3 das 4 zonas da cidade do Rio de Janeiro, reunindo pessoas das mais diversas idades e origens (para que seja ilustrada o quão diverso é o universo das ruas) essas entrevistas continham perguntas a respeito do conhecimento e opinião deles sobre os serviços que lhe são ofertados pelas entidades públicas. Também fizeram parte dessas entrevistas agentes públicos que lidam diretamente com essa situação, também nas ruas. Fizeram parte desde policiais a servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

Durante esse contato com servidores, acompanhei alguns eventos esporádicos e atividades não rotineiras daquelas pessoas. Uma dessas atividades foi uma palestra ofertada pelo projeto Segurança Presente com uma psicóloga que abordaria a temática da valoração da vida e prevenção

de suicídio, ocorrido em meio a muitas atividades que são realizadas em prol do setembro amarelo. Aqui nesta pesquisa segue um relato dessa palestra que foi incluída para que se possa captar o discurso e recepção de instruções do Estado para com a população de rua.

1.2 – Objetivos

Tem-se então os objetivos específicos de trazer para o ambiente acadêmico um pouco mais de reflexão sobre o assunto, que muitas vezes não tem espaço numa escola de ciências jurídicas, tentando trazer a complexidade da situação para que se compreenda que não vão existir soluções fáceis para problemas tão complexos.

A partir dessa premissa, passou aqui a se tentar averiguar a distância que existe entre o poder público e a população de rua, tendo em vista a versão apresentada por esses dois polos, juntando conhecimentos e linguagens bem distintas uma das outras, a fim de se capturar como se dá a interação entre eles e suas visões sobre a problemática.

2 – Quem são moradores de rua?

Para melhor compreensão do objeto de pesquisa deste trabalho torna-se necessário abordar algumas informações acerca da população em situação de rua, que está inserida em um contexto social, permeado por conflitos, desigualdades sociais e outras expressões da questão social advindas do modo como se estrutura e se organiza o sistema socioeconômico vigente. Para ilustrar a visão do governo a respeito do problema, há de se observar suas definições oficiais, que norteiam o planejamento das políticas públicas e também os dados que foram referência para esses planejamentos.

Em dezembro de 2009, foi editado o decreto 7.053, que versa exclusivamente sobre a Instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Nesse decreto ficam instituídos os princípios que virão a nortear as os planejamentos e a respeito da participação popular na construção de políticas públicas.

Nessa mesma época, a primeira e única pesquisa ampla sobre a população de rua foi realizada (entre 2007 e 2008 mas publicada em 2009) pelo então Ministério do Desenvolvimento Social, mas não atingiu todo o território nacional. Avaliou um público composto por pessoas com 18 anos completos ou mais e abrangeu 71 municípios, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e as 23 capitais. Foram contabilizados 31,9 mil adultos em situação de rua (número reconhecido como completamente irreal). Foram ignorados por esse estudo referido menores de idade e vários outros fatores, e também devido as dificuldades de se levantar qualquer dado a respeito dessa população.

Com esse estudo, foi possível traçar um perfil heterogêneo da população de rua levando em conta idade, gênero, cor da pele, formação escolar, razões da ida para rua. Constatou-se, entre outros aspectos, que 69,6% deles dormem na rua, 22,1% em albergues e 8,3% alternam entre a rua e os albergues. Quanto à alimentação, 79,6% conseguem fazer, pelo menos, uma refeição por dia, mas apenas 27,4% compram comida com o próprio dinheiro.

Embora expressivos, esses números não deve ser tomado como o total de pessoas em situação de rua no país. Primeiro, porque a pesquisa nacional não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação; e, principalmente, porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade, num período específico.

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua de seus atendimentos.

Para que haja um levantamento de dados mais fiéis a realidade, a Defensoria Pública da União, se utilizando do decreto 7.053/2009 como argumento, ingressou como uma ação na justiça federal para garantir que o IBGE inclua em seu próximo censo, que acontecerá em 2020, os moradores de rua. Inclusive já foi proferida decisão favorável em primeira instância proferida pela juíza federal Maria Alice Paim Lyard. Porém, a União recorreu ao TRF-2 e conseguiu anular a decisão favorável inicialmente a inclusão da população de rua no próximo censo. Ao tempo da publicação deste trabalho, esse assunto ainda está sendo discutido judicialmente no TRF-2, em um recurso ingressado pela Defensoria Pública da União.

Já na conceitualização, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão do Governo Federal responsável por este Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua, adota a seguinte definição de população de rua:

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças...), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas...) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.” (Brasil, 2009, p. 19)

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MDS, no Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, adota a seguinte definição:

“A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.” (Brasil, 2009, p. 26)

Comparando as definições acima, é seguro afirmar que para o estado brasileiro, a população em situação de rua pode ser caracterizada como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares interrompidos, ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular.

Porém, ainda são ignorados muitos dos aspectos que permeiam a problemática, como, por exemplo, pessoas que mesmo possuindo moradia fixa, para poupar o dinheiro do transporte, passam a maior parte da semana ou até períodos maiores nas ruas próximas ao seu local de trabalho, poucas vezes retornando para sua casa, fenômeno cada vez maior em capitais ou cidades populosas. Não há menção a fragilidade social a que todos eles são submetidos, em ambas as definições há menção a desconexão com a família, fato realmente relevante mas não universal, de certo é mais seguro que

todos eles estejam em desconexão a sociedade de uma forma geral do que com familiares, pois alguns não os tem, e inclusive outros ainda mantém contato com os seus.

Fica bem nítido, a partir dessas observações, que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma única perspectiva. São, portanto, inúmeras as causas e motivações de se buscar a rua como um local de abrigo, assim como são múltiplas as realidades da PSR. Sendo assim, a família muitas vezes pode ser, para a pessoa, um sinônimo de segurança, proteção, apoio, refúgio e afeto, mas também pode representar divergências, discordância, insegurança e conflito, que inclusive o levam à rua. O emprego/trabalho também podem ser fatores que levam a problemas que vão ser influentes para que uma pessoa rompa vínculos sociais e recorra às ruas.

Esse rompimento ou fragilização dos vínculos sociais, além dos problemas de ordem econômica, podem vir a levar ao rompimento e ou fragilização dos vínculos familiares, de amigos e trabalhistas, podem também causar desavenças afetivas. São muitos os motivos que os relatos apontam como causadores desse rompimento do vínculo, como os preconceitos relacionados à orientação sexual, o desemprego, situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas.

São comumente enumerados os mesmos fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, não só na visão do governo mas na visão popular geral do tema, que são os fatores estruturais: ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social. E os fatores biográficos: alcoolismo, uso de drogas ilícitas, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens em desastres de massa como enchentes, incêndios, deslizamentos....

É seguro afirmar que o fenômeno população em situação de rua é indissociável da estrutura da sociedade urbana, e mesmo possuindo inúmeros de fatores de natureza imediata que o determina, há outro grande fator que une pessoas assoladas por esse problema, que é o espaço onde ele ocorre, os grandes centros urbanos. Apesar de não se haver nas definições essa menção ao local urbano como único local em que esse problema se manifesta, as políticas públicas são direcionadas a esses sítios. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta.

No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. Lembrando mais uma vez

aqui que essa tentativa de mensurar o problema e o plano para se reagir a ele (Censo e Decreto) vieram somente em 2009 e ainda faltam ser implementadas muitos dispositivos do referido decreto e que sejam realizados estudos mais desenvolvido.

Essa naturalização vem acompanhada da visão do resto da sociedade urbana sobre as pessoas que enfrentam esse problema, que muitas vezes acaba até permeando os moradores de rua, e essa visão é de caráter extremamente negativo. Muitas vezes associados como ladrões, ou “vagabundos” e “viciados”, é normal na visão comum associar essa situação a uma situação vexatória.

Após algum tempo em situação de rua, algumas pessoas sentem o desejo de restabelecer seus vínculos familiares e sociais, mas os sentimentos de vergonha, fracasso e humilhação acabam por se constituir como uma barreira que os impede de retomar esses laços e se reaproximarem de familiares e antigos amigos. Na sociedade urbana atual, o trabalho funciona como um aspecto da rotina que é muito valorizado, inclusive compreendido como algo que agrega valor a um indivíduo, valor esse maior inclusive do que só valor financeiro.

Em suma, o trabalho ou emprego está intimamente ligado à construção da identidade do sujeito e suas interações sociais, dada sua importância em nossa sociedade. Por meio dele, nos reproduzimos como pessoas “produtivas” ou sujeitos ativos e nos tornamos até algo maior que nós mesmos. Principalmente (mas não somente) se o trabalho em questão for considerado como “um bom emprego”, indivíduos passam até a se identificar aos outros pelo que faz ao trabalhar, pelo seu ofício, somos bombardeados de cenas de pessoas trabalhando na mídia em geral e é comum conversar sobre seu ofício a outros.

Sobre essa questão disse o sociólogo e jurista Max Weber:

“...o homem deve, para estar seguro de seu estado de graça, ‘trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus (...) É condenável a contemplação passiva, quando resultar em prejuízo para o trabalho cotidiano, pois ela é menos agradável a Deus do que a materialização de Sua vontade de trabalho.” (Weber, 1967, p.112)

Em vista a toda essa moral que carrega o simbolismo do trabalho, sua associação com produtividade, honra e dignidade, por não estar inserido nesse aspecto da sociedade urbana acaba tornando o isolamento social cada vez maior. Estar afastado da ideia de dignidade que o emprego lhe traz, torna mais difícil a retomada de laços antigos e até mesmo a obtenção de um trabalho. Não só a sociedade, mas até mesmo alguns indivíduos passam a adotar o discurso de que ele não é útil ou incapaz. Tal contradição está ligada à quem se direciona a culpa da situação em que se encontra a pessoa em situação de rua, sendo transferida a ele a responsabilidade por não estar inserido conforme a sociedade espera, individualizando as causas, mas sem enfrentar o modo de produção da sociedade urbana, que é o verdadeiro causador de tal circunstância.

Toda esse simbolismo atribuído ao trabalho somado com essa individualização da culpa da problemática se traduz num ciclo vicioso, que afunda ainda mais a PSR na situação em que se encontra, tornando cada vez mais difícil a sua reabsorção e reintegração na sociedade.

3 – Políticas Públicas

Para Maria Paula Dallari Bucci, políticas públicas podem ser definidas como:

“políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.” (Bucci, 2017, p. 135)

Ou seja, são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. São exemplos mais plausíveis de Políticas Públicas a educação e a saúde no Brasil, já que são direitos universais de todos os brasileiros, garantidos ambos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Assim, para assegurá-los e promovê-los estão instituídas pela própria Constituição Federal as políticas públicas de educação e saúde. Trazendo um paralelo para mera ilustração, o meio ambiente também é reconhecido como um direito de todos e a ele corresponde a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938. A água é concebida na Carta da República como bem de uso comum. Para proteger este bem e regulamentar seu uso múltiplo foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídrico mediante a Lei Federal nº 9.433.

As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui.

Nesse sentido, a autora e professora Maria Paula Dallari Bucci enfatiza que:

“Não obstante, definir as políticas públicas como campo de estudo jurídico é um movimento que faz parte de uma abertura do direito para a interdisciplinariedade. Alguns institutos e categorias jurídicas tradicionais, hoje despidos de seu sentido legitimador original, buscam novo sentido ou nova força restabelecendo contato com outras áreas do conhecimento, das quais vinha se apartando desde a caminhada positivista que se iniciou no século XIX.”(Bucci, 2006, p. 2)

Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade tem previsão constitucional de participação ativa mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social. A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, quanto à participação da sociedade, assim determina:

“I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;” (Brasil, 2009)

Assim, de acordo com esta Lei, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública, estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população. Apesar de atualmente, essas formas de participação popular estão sendo atacadas e já restam diminuídas suas atribuições. As políticas públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma:

1. Planos
2. Programas
3. Ações
4. Atividades

Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Por exemplo, os planos decenais de educação tem o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas a serem alcançados pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos.

Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC) é um exemplo temático e de público. Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa concretizar à ação.

Encontramos diversos conceitos de política pública na literatura. Dentre eles, Celina Souza aborda o tema e destaca que, apesar das diferenças, os conceitos de política pública possuem alguns aspectos em comum: salientam o governo como o local onde ocorrem os embates em torno de interesses, ideias e preferências; assumem uma visão holística do tema, ou seja, possuem a perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes; e que indivíduos, instituições, interações e interesses são relevantes, mesmo que haja diferenças em relação a sua importância relativa. A autora cita seis elementos principais do conceito: possibilita diferenciar entre o que governo pretende fazer e o que realmente faz; envolve diversos atores e níveis de decisão e não se limita a participantes formais; não se restringe a leis e regras; consiste em uma ação intencional, que possui objetivos; é de longo prazo; e implica em implementação, execução e avaliação. Essa mesma autora resume o tema da seguinte forma:

“Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (Souza, 2006. p. 26)

A política de Assistência Social, política pública não contributiva, tem caráter universal, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. A assistência social no Brasil é pautada sobre dois pilares principais, a saber: a Constituição Federal de 1988, que imprime as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações. No contexto brasileiro, tem-se como marco o ano de 1993, ocasião em que foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), proporcionando que a Assistência Social passe a ser reconhecida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, com o comprometimento de garantir a universalização dos direitos sociais. Em 30 de dezembro de 2005, após sua aprovação, a LOAS recebe uma alteração através da Lei n. 11.258/05 que determina a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à PSR. A nova legislação determina que cabe ao poder público municipal a tarefa de *“manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo*

padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social.” (Brasil, 2005).

No Brasil, a política nacional para inclusão social da população em situação de rua teve sua aprovação em dezembro de 2009, através do Decreto 7.053/2009, do então presidente Lula. Embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) já contemplasse esse segmento nos programas e serviços contidos na Proteção Social Especial de média e alta complexidade. A recente política nacional tem como eixos a articulação entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade que caracterizam a integralidade no atendimento.

Para compreensão do desenvolvimento de programas e projetos que se materializam na forma de serviços ao segmento populacional que se encontra em situação de rua, faz-se necessária a apresentação dos princípios da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua:

“Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I-respeito à dignidade da pessoa humana;

II-direito à convivência familiar e comunitária;

III-valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV-atendimento humanizado e universalizado; e

V-respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7ª São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua

amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.”
(Brasil 2009)

Estes princípios e diretrizes devem, portanto, servir de “modelo” para a criação e desenvolvimento de programas municipais, estaduais e federais voltados à PSR. Para que tais princípios e diretrizes sejam efetuados, a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua prevê ainda ações estratégicas nos âmbitos dos direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura.

Cabe ressaltar, porém, que mesmo depois da implementação desta política, realizada através de muita luta e da organização dos movimentos sociais dessa população (principalmente o MPR), mesmo com os avanços, nota-se que a PSR não tem direito à proteção social dentro da cidade ou fora dela. O tema sequer é lembrado nos períodos eleitorais, pouco se vê os representantes públicos se inclinarem sobre o tema, não há muita cobertura jornalística voltada ao assunto. Mesmo sendo a problemática tão presente na vida urbana de todo o país.

3.1 – SUAS

A Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). O SUAS, implantado em 2005, é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. No SUAS, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nas regiões mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção. As ações da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial, e desenvolvidas e/ ou coordenadas pelas unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e de forma complementar, pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS.

O Ministério da Saúde, em 21 de outubro de 2011, editou a Portaria nº 2.488, que, dentre outros, previu a criação de “equipes de Consultórios na Rua”, que consistem em “equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2011).

Já através da Resolução nº 20 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 24 de abril de 2012, foram instituídos Centros de Referência Especializados em População em Situação de Rua –

Centros POP – unidades públicas voltadas para o atendimento especializado à população em situação de rua, em âmbito individual e coletivo.

Os municípios precisam estar atentos para os instrumentos normativos (NOB/ SUAS, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais, Termos de Aceite etc.), para poder receber recursos do Governo Federal, repassados por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), como cofinanciamento dos programas, serviços e projetos relativos à política de assistência social. Esses instrumentos normativos definem os critérios e procedimentos para o acesso a estes recursos, tendo em vista pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os requisitos mínimos para que o município acesse os recursos federais são a existência e funcionamento do Conselho de Assistência Social, do fundo e do plano municipal de assistência social, conforme artigo 30 da LOAS. O repasse dos recursos aos municípios para o cofinanciamento dos programas e serviços da política de assistência social se dá de forma automática, na modalidade fundo a fundo, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social.

3.2 – PNAS

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socio-assistenciais, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada, as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência Social.

A Norma Operacional Básica (NOBSUAS) disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, e legislação complementar aplicável nos termos da Política

Nacional de Assistência Social de 2004, considerando a construção do SUAS, abordando, dentre outras questões, a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo

Frente ao desafio de enfrentar a questão social, desde sua apresentação, o PNAS dá ênfase à descentralização, que permitiu o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada neste País. A centralização ainda é uma marca a ser superada. Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o local onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socio-territoriais e econômicas na sua configuração.

3.3 – LOAS

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) é a base dos serviços assistenciais prestados pelo governo à população em situação de pobreza e vulnerabilidade social no Brasil. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a assistência social é uma política pública, ou seja, é um dever do Estado e direito dos cidadãos que necessitem desse apoio.

Portanto, os indivíduos que atenderem aos requisitos expressos na lei podem receber serviços, benefícios, participar de programas e projetos a fim de superar suas dificuldades e melhorar a qualidade de vida. Nesse sentido, a instituição da LOAS, em 7 de dezembro de 1993, foi um dos principais marcos da assistência social no país.

Com fundamento na recém instituída Política Nacional, atos legislativos esparsos foram editados com o objetivo de concretizar a sua diretriz de integração das políticas públicas em cada nível de governo (art. 6º, inciso IV). Nesse sentido a Lei nº 12.435/2011 alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), de modo a fazer constar expressamente em seu art. 23, §2º, que “*na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros: [...] II - às pessoas que vivem em situação de rua*” (Brasil, 1993).

A legislação regulamentou o serviço assistencial, aprovando um orçamento para que as ações fossem postas em prática. O documento também foi a base para a construção da PNAS, aprovada em 2004 e que descreve as iniciativas práticas do setor.

A LOAS é um dos elementos que compõem o tripé da seguridade social brasileira, que inclui também Saúde e Previdência, com o objetivo de oferecer condições de vida dignas à população. Além de fazer referência à Lei 8.742/93, a sigla LOAS é bastante utilizada como sinônimo do BPC (Benefício de Prestação Continuada), um dos principais assuntos tratados no documento.

4 – Depoimentos

A partir de agora passa a se descrever como foi realizada a coleta de depoimentos que seguirão abaixo. Como foram analisados aspectos sobre os dois polos da relação do estado com a PSR, coleta de depoimentos foi estruturada para que se pudessem também analisar as visões destes sobre o mesmo tema. Então primeiro foram colhidos depoimentos de PSR e depois de agentes públicos que trabalhem aplicando essas políticas públicas voltadas. Essa estrutura tenta apurar se há disparidade de narrativas sobre o mesmo tema, analisando o público alvo das políticas públicas e as pessoas responsáveis pela concretização delas, lhe fazendo as mesmas perguntas com mudanças sutis, somente com relação a linguagem. Creio ser de extrema importância se analisar também as práticas estatais em contraposição com a legislação e políticas públicas, estudadas anteriormente.

Passei ao todo um período de três meses colhendo depoimentos de pessoas em situação de rua, no total foram mais de 50 depoimentos, colhidos em regiões diferentes da cidade do Rio de Janeiro. Depoimentos esses que seguem foram colhidos nos bairros de Jacarepaguá, Tijuca, Botafogo, Glória, Centro e Lapa, principalmente no horário noturno. Após esta etapa foram colhidos os depoimentos de servidores públicos e prestadores de serviço que lidam com essa problemática.

Durante o primeiro mês eu fiz testes para que eu pudesse compreender melhor como abordar o tema da melhor forma possível. Neste período conversei com os moradores da rua com o intuito de saber qual as melhores palavras que remetesse eles aos temas desta pesquisa. Apreendi muito pois fui muito incompreendido no início. Percebi que se eu gravasse as respostas dos entrevistados por um captador de voz o resultado não era o mesmo, os depoimentos eram mais breves, alguns não

pareciam muito verdadeiros, alguns se recusaram e outros ficaram visivelmente nervosos com a ideia.

Então me utilizei de anotações em um caderno para registrar as conversas, pois quanto mais informal parecia ser a conversa, mais aberta a relação se tornava. Porém alterei algumas partes pontuais para que sejam melhor compreendidos e adequados a uma pesquisa acadêmica. Há muitas vezes um desvio do assunto no meio de uma resposta que eu não considerei e não incluí aqui, palavras inadequadas que são extremamente comuns numa conversa de rua, mas não julguei necessárias de incluí-las aqui.

Me deparei no início com uma recepção bem maior das PSRs do que esperava, inclusive foi muito mais dificultoso recolher depoimentos de servidores públicos cujos ofícios estão relacionados ao tema. Recebi ajuda dos moradores das regiões que eu visitei para encontrar pessoas dispostas a falar e também para encontrar os servidores da SMASDH. Mesmo muitas vezes sendo chamado de doutor, estudante ou playboy, poucas vezes recebi algum tratamento mais ríspido, inclusive fui defendido por outros moradores de rua, alguns me ajudavam a convencer outros a falar, muito embora a maioria não precisava desse empurrão para falar.

A maioria dos depoimentos que eu selecionei foram tirados no Centro do Rio de Janeiro, onde pude perceber mais situações diversas, locais de origens diversos, e uma receptividade maior.

Antes de fazer as perguntas, direcionadas às PSR, era feita uma conversa informal que não era anotada, onde eu me identificava e explicava o intuito da pesquisa de campo com eles e onde seriam veiculados os depoimentos, e muitos se animaram bastante em poder contar suas histórias para o meio acadêmico.

Já nas perguntas direcionadas aos agentes públicos, houve poucas alterações, mas como dito antes, foram feitas as mesmas perguntas aos dois polos dessa relação entre PSR e Estado para que seja observado como essas partes enxergam o mesmo problema. Houve mudanças pontuais de termos somente.

Porém foram muito mais difíceis de acessar e inclusive mais desconfiados e relutantes em comparação aos moradores de rua. Nas minhas duas primeiras tentativas de abordar uma van da secretaria municipal, sequer inclusive pararam pra ouvir minha apresentação inteira ou me simplesmente disseram que não podiam falar. O contato pessoal de fato com agentes da secretária só se deu após a assistente social do projeto Segurança Presente da Lapa me apresentar a eles.

Tive uma receptividade enorme entre as assistentes sociais do projeto Segurança Presente que se localiza na Lapa, onde pude ajudá-las em alguns eventos. Acompanhei o trabalho noturno que elas realizavam na praça da Lapa por algum tempo antes de tomar os depoimentos delas. Soube depois de alguns dias que foi finalizada a etapa de coleta de depoimentos, que o projeto inteiro foi

transferido para a praça Mahatma Gandhi, também no centro do Rio de Janeiro e não sei dizer se ainda funciona da mesma maneira.

Não tinha antes planejado conversar com policiais antes pois não tinha conhecimento que haviam programas deles voltados a esta questão, porém foi uma surpresa a boa vontade dos mesmos em conversar e até mesmo uma visão menos corporativa sobre o tema. O primeiro policial que entrevistei veio até a mim após perguntar quem eu era e o que eu fazia ali para uma das assistentes sociais do projeto Segurança Presente na Lapa e me chamou para conversar sobre o tema, pois ele tinha interesse também e também estava cursando uma faculdade, após isso ele me apresentou outros policiais que segundo ele “vestiam a camisa” e que mais ajudavam as assistentes.

As perguntas escolhidas seguem aqui transcritas:

“1) Quem é você e como chegou até aqui?”

2) Na sua opinião, qual a importância da abordagem/contato da secretaria/governo com os moradores de rua?”

3) Você se sente protegido pelas Leis ou alguma política pública?”

4) Você tem conhecimento de alguma Lei que versa sobre esse problema?”

5) Ao ser ver, esse problema urbano, tem aumentado?”

A primeira pergunta foi escolhida para que se inicie uma conversa e para que se comece o contato com uma pergunta, no meu período de experiência pude notar que essa era a pergunta que as pessoas respondiam com mais vontade, talvez pela questão da invisibilidade e da possibilidade de contar sua história para algum doutor, como eles mesmos diziam.

A segunda pergunta remete à parte desta pesquisa em que se discorre sobre toda a relação institucional do Estado com a PSR, trazendo a impressão de como essa relação se dá, se seria de forma harmoniosa, ou não.

Já na terceira pergunta foi escolhido focar na sensação de segurança que essas políticas públicas mencionas trazem para as pessoas, talvez porque fiz todas as pesquisas de campo a noite, mas reparei que a segurança é uma das principais preocupações das PSR.

Na quarta pergunta foram encontradas muito poucas respostas afirmativas, porém julgo importante as repostas negativas pois elas dizem muito a respeito da distância em que o legislativo e o judiciário se encontram da população em geral, não só pessoas em situação de rua. As poucas respostas afirmativas vieram relacionadas aos direitos humanos, muito embora poucas pessoas tiveram certeza do que afirmava e somente uma fez menção ao decreto de 7.053/2009 e duas ao PNAS, e que vieram dos servidores públicos.

Para a última pergunta foquei em tentar mostrar o contraste (ou não) com relação a percepção das pessoas nessa situação com as pesquisas recentes objetivas contidas também nessa pesquisa, contidos no capítulo que versa sobre as PSR.

Escolhi essas perguntas e sua linguagem para que as respostas fossem direcionadas ao tema de percepção das PSR com relação a situação legal e jurídica e sobre a interação que se dá a partir dos planejamentos relacionados a políticas públicas. Com relação a isso

Tive o intuito de separar e selecionar os depoimentos que entrariam nessa pesquisa por avaliar a relevância das respostas, mas principalmente pela diversidade, não só de respostas mas de pessoas que respondiam e suas histórias. Evitando assim depoimentos parecidos.

Algumas incompatibilidades de horário e dia dificultaram obter os depoimentos destes e houve, o que levaram a dois depoimentos que aqui constam serem retirados através de chamada telefônica.

Todos os nomes presentes aqui foram alterados. E foi escolhido o símbolo gráfico (...) para representar algum desvio do assunto ou interrupção minha, geralmente incrementos da própria questão. Os pequenos textos em parênteses após os depoimentos são anotações pessoais para que eu pudesse lembrar em um momento posterior da fisionomia ou alguma outra característica da pessoa com quem eu falei.

Os depoimentos das Pessoas em Situação de Rua e dos Agentes Públicos são os que seguem:

“1) Meu nome é Roberto, estou na rua tem duas semanas, no RJ tem 8 meses. Sou de Belém e estava trabalhando no rio sul com estoquista de uma loja de marca mas fui mandado embora e to fazendo uns bicos de cozinha onde me chamam. Tive que sair da pensão que eu estava porque fiquei sem dinheiro mas ainda durmo la as vezes na casa de um pessoal que fiquei amigo lá, quase não durmo na rua, até pra hotel eu já fui (...) Estou pensando em voltar pra Belém, já vou pra lá no final do ano, não sei se volto pro RJ”

“2) Muito importante! Mas não sei muito dessas coisas não, nunca fui pra abrigo ou recebi nada deles não”

“3) Eu me sinto mais seguro perto da polícia mas nunca precisei deles não e nunca procurei nada na justiça...”

“4) Na lei diz que todo mundo tem direito a casa, isso eu sei, até tenho a minha mas não está aqui. E dignidade né, todo mundo tem direito a dignidade, saúde, educação...”

“5) Não sei dizer, to aqui no Rio tem pouco tempo”

(estava bem vestido e falava muito bem)

“1) Sou Edson, tenho 37 anos, morava lá em Mesquita, fui motorista de ônibus por 11 anos e to na rua agora por causa de uns problemas aí”

“2) Já fui pro hotel (abrigo) uma vez mas aquilo ali é uma espelunca, fede, só maluco”

“3) ... (Deu uma risada, única do contato)”

“4) Não sei não”

“5) Só aumenta, uma hora vai ficar difícil achar lugar pra ficar”

(homem bem sério na central)

“1) Meu nome é Maria, moro aqui no centro com o Júnior tem um ano já né, Júnior? Sempre vendi doce na rua, hoje a gente vende quando consegue

arrumar uma caixa, um saco. (...) Eu não ficava por aqui não, mas vim pra cá agora, sou lá da zona norte”

“2) De vez em quando vem uma galera aí me perguntar várias coisas mas eu não vou pro abrigo não, com o Júnior nem tem como ir lá” (risos)

“3) Tem ninguém que olha por nós não, só Deus, Jesus Cristo”

“4) Sei de lei nenhuma não”

“5) Ah seilá, não ficava aqui, onde eu ficava tem pouco (PSR)”

“1) Júnior, moro aqui com a Maria, to na rua tem uns anos aí e tô com essa doida agora (risos)”

“2) Seria legal se viessem com uma casa, dinheiro, um emprego pra nós (...) abrigo e essas perguntas eu não quero, to legal.”

“3) Me sinto protegido não, na rua não tem nem como”

“4) Não entendo desses negócios não”

“5) mesma coisa desde sempre, vai ser assim sempre, gente na rua e gente com casa, se tem mais gente com casa também vai ter na rua. Quem tem casa vai fazer oque? Dar a dele? Não tem o que fazer, sempre teve isso e sempre vai ter”

(casal jovem, talvez 30 anos. Estavam bebendo, ela rindo bastante e ele mais agressivo)

“1) Meu nome é Gerson, eu sou mecânico e tô na rua porque estava procurando emprego, mas já arrumei e to esperando me chamarem na mecânica que vai abrir do meu primo, falta só arrumar uma pensão agora, disse que mês que vem vai abrir”

“2) Fico no abrigo as vezes, mas nem sempre que eu quero eu consigo ir não, tem que estar na hora certa pra pegar a van, tem dias que tem senha...”

“3) (...) Márcia me apoiou muito, essas moças dali me levaram até pra hospital e elas trabalham pro governo né?”

“4) Deve ter lei né, tem abrigo, tem assistente social, se não tivesse lei não teria nada disso”

“5) Tá ficando cada vez pior a rua, muita gente sem emprego, os políticos só roubam, Brasil tá indo pro buraco”

(Começou feliz e depois foi ficando mais triste)

“1) Meu nome é Jonas e eu to na pista não tem nem dois meses, to só esperando uma situação passar pra eu voltar pra casa. (...) Aconteceram uns “caôs” que eu tive que sair do morro, vou marcar mais uns meses e quando a poeira baixar eu volto.

“2) Recebi umas quentinhas, uns outros amigos dão uma ajuda pra conseguir um dinheiro... de governo eu não recebi nada não”

“3) Protegido? Tá de brincadeira menor?”

“4) Direitos humanos né? Preso tem (...) quem tá na rua tem que ter também”

“5) Sei disso não, mas pista tá mais salgada pra todo lado”

(Homem magro e jovem, muito sério)

“1) Boa noite, meu nome é Osvaldo e eu já fui gari, pedreiro, trabalhei numa loja de material de construção... várias coisas, e hoje tô aqui por causa de dependência (...) ninguém quer me dar emprego, só Deus pra me tirar dessa”

“2) Pra mim, nenhuma. (...) Tem um pessoal ali que vem recolher e de vez em quando tem comida mas eu me viro sozinho mesmo”

“3) Capaz desses políticos virem roubar minha cachaça, e a polícia ajuda. Proteção só de Deus e do seu filho mesmo”

“4) Entendo nada de coisa de doutor não, não sei lei nenhuma”

“5) Mesma coisa de sempre, ninguém olha por nós não”

(homem com algo perto de 50 anos)

“1) Me chamo Antonio e não sou morador de rua não, tenho minha casa na baixada, minha esposa está lá agora com meu filho. (...) Tô dormindo aqui esses dias pra procurar emprego e tô sem a grana da passagem, tem duas semanas que eu to indo e voltando. Tá difícil.”

“2) Da secretaria veio uma van já me perguntar umas coisas, do estado nada não. Vem um pessoal toda noite distribuir comida e coberta aqui,(...) as vezes até mais de uma galera por noite, mas não é governo não”

“3) Eu durmo aqui porque é mais seguro, tem bastante gente e fica polícia sempre aqui perto, ninguém vai meter a mão nas minhas coisas aqui, (...) mas se eu for parar em qualquer lugar eu to ferrado”

“4) Não sei não, mas quando eu trabalhei aqui no centro, tem uns 10 anos, eu não via essa gente toda”

(Homem grande, ficou um pouco ofendido comigo na primeira pergunta)

“1) Prazer, eu sou o Anderson, eu também tenho casa, to dormindo aqui esse mês pra esperar cair o salário pra eu poder voltar todo dia pra casa, é que eu moro longe e pagar todo mundo que eu to devendo, fui contratado agora, semana passada, fiquei com vergonha de pedir pro patrão já assim de cara o dinheiro da passagem, (...) já fiquei na tranca (cadeia) e foi maior problema pra arrumar esse serviço”

“2) Tinha que ter tipo um bolsa família pra todo mundo nessa situação né, que esse bolsa desemprego eu não recebi não”

“3) To protegido por mim mesmo, sempre, político tá nem aí pra nós não, tão tudo cheio do dinheiro já”

“4) O Doutor aqui é você, tu que tem que me dizer”

“5) Eu vejo bem mais de que quando eu era menor”

(um dos poucos que falaram comigo na Presidente Vargas, não ficou tão ofendido quanto o anterior)

“ 1) Meu nome é Felipe, eu sou lá da Bahia, vim pro Rio tem uns 3 anos pra trabalhar no quiosque de um amigo lá na praia da barra, (...) o cara me deu uma volta e to esperando meu primo vir me buscar, (...) nem falei pra ele que tô nessa situação, disse ele que chega depois de amanhã, disse que vai me levar pra trabalhar no caminhão com ele”

“2) Não sei te dizer, fiquei pouco tempo nessa situação, graças a Deus. Me tiraram da pensão que eu tava não tem nem um mês”

“3) (...)Protegido ninguém está é só ver o jornal, nem madame nem pobre”

“4) (...) Não sei nem na minha terra se tem isso, não deve ter não, né?”

“5) Brasil todo tá na lama, se aqui no sudeste que tá o dinheiro está assim...”

(rapaz novo, devia ter uns 30 anos e estava com pessoas mais velhos)

“1) Meu nome é Leandro, mas a galera me chama de PQD. (...) Tenho 32 anos e vim lá do ES. Tava trabalhando de segurança aqui n RJ, mas agora to aqui até eu me livrar do meu vício, só saio daqui quando eu tiver bem. Fico aqui no centro um pouco e um pouco na casa de um amigo em Bangú, mas to podendo ir lá esses dias não e ele também usa droga, (...) então vou ficar longe um tempo”

“2) É importante sim, as moças dali (centro presente) ajudam bastante, já vi levarem doido pra médico, doente (...) sempre pego comida ali, só não vou pro hotel.”

“3) A minha proteção eu mesmo faço (mostra uma faca grande), dá pra depender de ninguém pra isso não. Lei é só pra político e essas empresas safadas”

“4) Lei de mendigo? (...) Tem isso?”

“5) Sei lá”

(Homem Forte, parecia bem alterado mas fez questão de jurar que só tinha bebido)

“1) Meu nome é Mariana, to aqui porque sai da casa da minha mãe, porque meu padrasto não dá não e ela ainda apoiava. Achei que tava grávida e apanhei muito, no final nem tinha bebê, o cara que eu tava deu razão pra eles então eu saí de casa. Ainda não sei o que vou fazer mas pra Sepetiba eu não volto não”

“2) To indo pra esse hotel aí dessas moças, nunca fui. (...) Vim pro centro ontem só, sabia nem que tinha isso”

“3) Eu tenho dormido perto de polícia, mas não sei se é a boa não”

“4) Sei de nada disso não, nem me formei, moço”

“5) To vendo todo mundo com menos dinheiro, jornal só fala de crise”

(uma menina bem nova, devia ter uns 15 anos, estava acompanhada de um homem que não quis falar e brigou com ela depois)

“1) Eu to aqui por causa dessa desgraça (mostra a cachaça), Doutor. (...) Não entra nessa não, bebi casa, bebi minha família que não quer nada comigo, bebi dinheiro, bebi amigo, agora to bebendo isso que tu tá vendo aqui (...)ah, eu nome é Jonas, 42 anos, sou nascido e criado em Cavalcante”

“2) Bem pouco, tem até umas palestras as vezes com lanche, já conversei até com psicóloga, eu precisava conversar mais com ela mas nunca mais vi, tinha que ter mais dessas coisas, psicóloga né... essa que veio hoje eu nunca vi não”

“3) Seguro? Dormir na rua não tem segurança de nada não, se alguém mandar o policial vem até bater pra me tirar. Tem que juntar com os amigos sempre pra dormir, as vezes até com safado”

“4) Não sei nem ler direito, essas coisas não é pra mim não”

“5) Tem mais gente na rua, tudo ficando mais caro, mas ainda é a mesma coisa”

(Barba grande, bem alterado)

“1) Me chamo Antônia, to na rua porque tiraram minha casa de mim lá na Tijuquinha. (...) Mataram meu marido e ele que trabalhava e o homem que tomava conta do meu prédio me tirou de lá dois meses depois, vim pra casa da minha irmã, que mora no Rio das Pedras, (...) mas briguei com ela e o traste do marido dela me tirou de lá também. Não sei o que fazer, moço”

“2) É importante pra mim que não tenho mais nada, não gosto muito de pedir e não uso nada, nunca nem bebi (...) aí fico no hotel, venho sempre, tem um restaurante ali também que dá pra comer bem, me ajuda”

“3) No abrigo é mais seguro, eles separam o pessoal lá, no meu quarto só tem mulher”

“4) Não sou letrada não”

“5) Tem um tempo já que tem mais gente pedindo dinheiro na rua”

(Nordestina e estava bem triste)

“1) Prazer, meu nome é João, to na rua a mais de 10 anos já, e tô aqui por escolha, tinha uma vida bem boa aqui na zona sul, gerente de empresa, apartamento no Humaitá (...) Mas eu bebia e uma hora cansei de me matar trabalhando, literalmente mesmo, viver de falsidade e vim pra rua “viver a vida”, fazer amizades verdadeiras, brigas de verdade (nem todas), o que eu tinha não era vida não, essa eu também não sei se é mas to vivendo.”

“2) Eu não dependo desses caras, se eles me ajudam eu sou propaganda pra eles, pro trabalho deles, se eu não der certo eu viro mais vagabundo ainda do que eu já sou, não tenho mais jeito. (...) Mas esse pessoal que vem até aqui nem está mal intencionado não, estão trabalhando pra tirar o deles.”

“3) Não”

“4) Sei que tá escrito lá que todo mundo tem direito a casa e dignidade (risos) é a maior obra de ficção, dava um filme. (...) Tá escrito tanta coisa na lei, já parei pra ler um monte, é um mundo maravilhoso lá”

“5) A humanidade tá pior, não é só aqui no Brasil, (...) não é só com pobre e nem só com rico, tá todo mundo perdido e desperdiçando a vida”

(eu já conversei com ele tem alguns anos, muito inteligente e famoso na região)

“1) Meu nome é Bruno, eu to na rua só esses dias pra arrumar um dinheiro, eu to na escola e tudo, recebi o livro lá também. (...) Moro com minha tia ali no São Carlos. Tenho 13”

“2) (...)”

“3) Tô com meus amigos, meu primo tá ali também”

“4) Não”

“5) Não sei”

(garoto muito novo, talvez nem tenha 13, estava com outros garotos da m pouco mais velhos e com o primo que cuida dele)

“1) Meu nome é Breno, sou primo do menor ali. (...) Também to aqui só esses dias pra conseguir um dinheiro, moro no São Carlos. (...) Minha mãe eu sei lá (onde está), foi visitar minha vó eu acho, sei lá. Aí eu venho pra rua, que aqui eu consigo várias paradas sem ninguém pra perturbar”

“2) Nem falo com esses caras não, se eu falo eles vão me prender”

“3) Seguro com os polícia? Tá doido tio? só bicho ruim, safado (...)”(riu)

“4) (...) A lei quem faz é nós”

“5) A pista tá suave, hoje eu comi no Mc donalds, (...) tem tempo ruim não, playboy”

(primo do Bruno do depoimento acima)

“1) Meu nome é Andreia, to na rua porque eu briguei com a minha amiga que tava me dando abrigo, que eu sou daqui não, sou do Pará (...) e pra lá eu não volto nem num caixão, se eu morrer me enterra aqui mesmo e não avisa ninguém lá não.”

“2) É muito importante né, mas tinha que ter mais ajuda, (...) tem muita gente que não era pra estar aqui que eles ajudam, mas tem uns que não tem jeito”

“3) Tem uns policiais que até ajudam, mas tem outros que tão ali não sei porque... fui roubada ali no catete mês passado, fui falar pro cara e ele achou que eu tava de caô, ficou fazendo piadinha... agora político falar de nós? Nunca nem vi, só pra xingar”

“4) Ih disso eu não sei não, tipo direitos humanos ?”

“5) Tá pior mas acho que é pra todo mundo né?”

(transexual bem baixa)

“1) Meu nome é Cléber, tenho 44 anos, nasci perto de São Luiz, vim pra cá tem quase 10 anos, vim pra rua depois que minha mulher pediu divórcio, voltou pro norte, aí não tinha mais porque trabalhar, parei de pagar aluguel, eu já bebia (...) aconteceram mais umas situações que eu fiquei devendo um dinheiro lá em Macaé, (...) começaram a me procurar e vim pra cá pra ficar em paz”

“2) Tem um pessoal que trabalha sério ali, mas olha pra lá (aponta pro estande do Segurança Presente), tem 3 moças ali trabalhando e os caras tudo só comendo, nós aqui esperando e eles comendo (...) falta de vergonha da cara, pra vir trabalhar assim melhor nem vir...”

“3) Segurança tu tem em casa, aqui não to seguro nem de chuva, se chover hoje eu sei nem o que eu faço, não peguei a senha pro hotel”

“4) Se tiver lei esses políticos não cumprem, mas deve ter”

“5) Tem uns lugares aqui agora que tem mais gente, aqui mesmo na Lapa tá ficando mais difícil pegar vaga pro hotel lá, menos da metade dessa fila aqui tá com senha, quem não chega cedo não pega vaga”

(Homem bem impaciente com muitas roupas)

“1) Eu sou André, fiz 17 agorinha mês passado mesmo, tô na rua porque dei uma facada no meu pai e nunca mais voltei, (...) tem mais de ano isso já eu acho, tenho saudade só da minha mãe, que tem nada a ver com isso não. (...) Eu sou daqui não, sou de Magé, aqui dá para tirar um dinheirinho a mais né, mas me falaram que em Niterói também, uns amigos deram o papo, to pensando em ficar um tempo lá”

“2) Pô, eu to aqui pelo lanche (risos) na hora da palestra eu vou fumar um cigarro, sei lá (...) tomara que ela não pergunte nada não, na última que eu fui foi só história triste, teve uma tiazinha que perdeu a linha... tá doido”

“3) Quem te protege é sua mãe, Deus... mas seguro mesmo ninguém está”

“4) Sei nada, sei nada de lei não, quero nem saber também não”

“5) Não sei mesmo”

(Garoto novo, único da idade dele na palestra)

Depoimentos coletados de Agentes Públicos:

“1) Boa noite, meu nome é Janderson Nunes sou sargento da Polícia militar há 15 anos, meu primeiro e único emprego, mas tomara que não seja o último (risos) (...) Desde que começou esse projeto aqui na Lapa eu venho sido alocado aqui, conheço o comandante há muitos anos, gosto do pessoal. Pra mim é bom trabalhar com causas sociais, minha esposa também vem ajudar as vezes. Por mais que seja essa confusão que você está vendo aqui, eu acho calmo, eu gosto.”

“2) A importância é enorme, todo dia a gente tá em contato com o pessoal, tem uns que querem tomar jeito e procuram mais, a gente vai dando um norte, vai botando ideia certa na cabeça do cidadão, lembra do que é importante na vida. A gente que tem uma experiência com esses casos de droga a gente fica sabendo de muita história e conta pra eles, pra ver se eles largam disso... é complicado mas estamos aí na missão.”

“3) Me sinto sim (seguro), trabalhar aqui é bem mais seguro do que onde eu geralmente sou destacado, eu fiquei um tempo numa UPP, mas já to velho pra essas coisas (...) O projeto aqui é bem equipado, o comandante é um cara bom... E querendo ou não esse projeto aqui é parte de política pública, mesmo sendo do Cabral, é uma das coisas que ele fez pela população...”

“4) Ih agora você me pegou, não sei te dizer nem se esse projeto aqui funciona sob alguma Lei, se é na canetada... essas coisas eu estudei tem muito tempo já.”

“5) Na minha visão está piorando, cada vez mais gente vindo aqui, não só aqui no centro, eu moro em Jacarepaguá, lá eu não via quase nenhum morador de rua, agora eu já vejo mais. E hoje em dia cadeia é como se fosse uma fábrica de mendigos, tem muita gente que sai da tranca e vem direto pra rua, pega só um ônibus e já vem pra cá, vi muito isso acontecer, tem uns que estão devendo, outros não querem voltar pro crime, outros tem vergonha ou perderam o contato com a família.”

(ele teve a iniciativa de me procurar pra falar comigo quando soube da minha pesquisa)

“1) Boa noite, eu sou o cabo Marlon Sousa, entrei na PMRJ vai fazer 5 anos e consegui entrar aqui no projeto há pouco tempo, primeiro eu fui pro aterro presente, e depois pedi pra ser transferido pra cá, mesmo sendo mais agitado, mas tumulto. (...) Mas é um extra (dinheiro) importante, a maioria aqui na corporação infelizmente tem trabalhar por fora ainda, na teoria não

pode mas todo mundo faz e todo mundo ignora, o salário só não dá... Aqui eu sou chamado pela própria corporação.”

“2) É de muita importância sim, engraçado que hoje na mídia você só ouve falar mal da polícia mas pouca gente sabe que a gente também faz isso. (...) fiquei um ano na UPP da Cidade de Deus e também trabalhava com projetos sociais, nas escolas..”

“3) Recebo total amparo aqui nessa unidade. Só podia ter uma instalação melhor pro pessoal aqui, tem vezes que tem mais de 30 pessoas pra receber as instruções do turno de pé, não tem um café e a gente vara a noite aí.”

“4) Tem os direitos humanos que deviam servir para os moradores de rua, não pra bandido, Aqui tem muito pai de família, muita senhora, idoso, muitas pessoas de bem misturada. Mas eu nunca vi a mídia falar de direitos humanos pra esse pessoal carente.”

“5) Olha, na minha opinião tá pior sim, até porque antigamente não tinha crack, era mais a galera que bebia, hoje tem muito morador de rua entregue pra essa droga, só levando isso em conta já fica bem pior a situação. Tenho visto muito mais criança na rua, com os pais e sem os pais.”

(policial bem novo)

“1) Boa noite, meu nome é Júlia e eu sou psicóloga e trabalho com projetos sociais desde antes de entrar na faculdade. Eu vim de Caxias, passei muita dificuldade, então sempre senti essa necessidade de aliar o trabalho com ajudar as pessoas, sabe? Como eu participei de muita coisa com o Janderson (Policial que também foi coletado depoimento) ele tem me chamado pra fazer essas palestras pra eles, e eu tenho gostado bastante, mas eu não sou do projeto não (Segurança Presente), eles me contratam esporadicamente.”

“2) É de extrema importância! Nós que fazemos parte disso, que fazemos a abordagem, que realmente entra em contato, o retorno do seu trabalho é muito perceptível. Mesmo que em um dia a gente tenha ajudado só uma ou duas pessoas, isso no universo daquela pessoa pode ser de uma importância muito maior do que parece”

“3) Eu geralmente não tenho problema onde eu atendo ou palestro não. Eu dou essa mesma palestra lá no Gericinó (presídio) e também sou muito bem recebida. Me sinto muito mais insegura transitando entre os locais que eu atendo do que atendendo. Aqui eu tenho o Janderson também que me protege, tem os outros meninos, mas nunca tive problema com questões de segurança não. Mas isso é um ponto importante mesmo, estamos de certa forma um pouco expostos”

“4) Se eu me lembro bem na constituição tem alguma parte relacionada ao direito a moradia sim, faz menção a dignidade humana. Tem a declaração universal dos direitos humanos, tem um bocado de coisa aí se você procurar, agora sair do papel é outra história”

“5) Tem piorado e muito, a gente que vai pra rua vê. Acho que essa questão das drogas mudou um pouco a situação deles, por exemplo hoje nós temos várias cracolândias, e eles também estão nessa mesma situação se você parar pra pensar.”

(palestrante do relato)

“1) Eu sou a Márcia e sou assistente social aqui do projeto Segurança Presente, eu e mais 4 nos revezamos aqui. Eu e a Joana estamos aqui a mais tempo, já somos famosas aqui (risos) (...) as vezes a gente fica 2 horas a mais aqui, semana passada mesmo tive que levar um senhorzinho pro hospital lá na Ilha do Governador, não lembrava nome dele, onde morava, vai ser difícil achar a família dele”

“2) Olha, a gente faz o que pode, mas nem tudo depende da gente não, então as vezes é um pouco frustrante, mas tem muita gente que consegue alguma ajuda aqui, seja ligar pra família, ir pro abrigo, as vezes só conversando mesmo (...) E de vez em quando alguns voltam ou passam aqui pra falar que estão empregados, que arrumaram um lugar... aí é que a gente tem mais dimensão do trabalho mesmo”

“3) Me sinto sim, apesar das condições que você está vendo aqui, não tinha como ser muito diferente mesmo não, tem os meninos aqui atrás (policiais) podia só pagar direito [risos]”

“4) Aí eu sempre fui péssima com esse tipo de coisa, tem problema não responder?”

“5) Olha, não sei dizer em todos os lugares, mas aqui a gente tem atendido cada vez mais gente. (...) Vieram até duas meninas novas trabalhar aqui com a gente”

(primeiro contato que eu tive com um agente público, me ajudou muito a encontrar os outros)

“1) Oi meu nome é Joana e já faço parte do projeto aqui como assistente social tem um tempo já, vim junto com a Márcia, nós antes daqui já trabalhávamos juntas na DAS, diretoria de assistência social da PM, onde nós atendíamos familiares de policiais basicamente, lá que conhecemos o comandante e fomos chamadas pra cá, começou assim.”

“2) É de muita importância, mas olha essa fila e olha pra quantas somos aqui. É muita gente e tem pouco programa desse, nem em todo Segurança Presente tem, em várias áreas do Rio de Janeiro não tem isso aqui, essa aqui não dá vazão. É bem importante mas devia ser mais presente também.”

“3) Eu trabalho na polícia né, aqui eu to bem segura, o comandante também ouve bastante a gente, reconhece o trabalho.”

“4) De morador de rua em específico eu não lembro não, sei do PNAS que versa de uma certa forma sobre isso mas só na questão da assistência social. Mas eu acho que tem sim.”

(servidora mais velha do Segurança Presente)

“1) Meu nome é Edna, me formei no ano passado e esse é meu primeiro projeto na minha área de atuação, comecei a vir pra cá tem 2 meses, então ainda não estou inteirada de tudo.”

“2) Tenho achado muito importante e produtivo. Eu imaginava outra coisa antes de vir, esperava um clima mais pesado, acaba que alguns dias são mais divertidos e alguns dão bastante trabalho, mas está sendo uma experiência enorme pra mim.”

“3) Aqui eu to segura sim, tem sempre guarda e polícia aqui, sempre volto de carona e as meninas têm bastante liberdade pra fazer o cronograma e as atividades, os rapazes respeitam.”

“4) (...)Eu até estudei isso mas não lembro não.”

“5) To aqui a muito pouco tempo pra dizer isso, o pessoal fala que tá pior e que tem ficado muito cheio, estão querendo mudar de local e tudo.”

(Bem jovem esta servidora)

“1) Eu sou Sérgio, tenho 37 anos, casado, moro em Vila Isabel, e to tirando serviço agora de motorista da Van aqui da SMASHD, hoje eu to batendo

ponto no Pop (um dos centros da secretária que realiza abordagens e recolhimentos) ali na Praça São Salvador mas antes eu estava no de Campo Grande (...) To no turno da noite agora, to levando o pessoal pro hotel lá na Ilha do Governador quase toda noite agora.

“2) Como os abrigos daqui de perto não tem como receber todo mundo que quer ir, esse serviço de transporte é bem importante, nós levamos pra lá e de manhã nós trazemos quem quer voltar pra cá, a maioria vem.”

“3) Me sinto sim, o pessoal respeita, muito de vez em quando um está alterado né, aí já viu (...) mas geralmente eles vão dormindo já, eu ligo meu rádio e vou embora.”

“4) Não sei dessas coisas não, de nome de Lei agora só me lembro da Maria da penha mesmo.”

“5) Tá bem pior, os centros estão cada vez mais cheios, tem vezes que duas vans não cabem todos.”

(Trabalha na secretaria não queria falar comigo no começo)

“1) Meu nome é Thiago, sou o assistente social responsável pelo recolhimento que acontece aqui na lapa a noite, (...) Eu tive essa oportunidade de trabalhar aqui e um pouco tempo depois descobri que meu irmão mais velho estava nessa situação também por causa das drogas, consegui vários atendimentos pra ele, levei ele pra minha mãe mas ele vive voltando pra rua.”

“2) Bem importante, mas não dá pra ajudar todo mundo também. Tem pouca van e pouco abrigo, aqui pro centro sempre lota a van, na Zona Sul já vem menos mas ainda tem bastante, zona oeste e na zona norte que eu acho complicado mesmo, quando me botam pra rodar lá nem sempre eu consigo achar muita gente, ninguém quer vir.”

“3) O pessoal fornece tudo sim, certinho (...) Bem seguro, todo mundo respeita bastante, lógico que tem suas exceções, tem uns dias mais agitados, mas nada demais.”

“4) Deve ter isso nas Leis de Assistência social mas não sei te dizer porque não vejo nada pra essa área, (...) na constituição eu sei que tem.”

“5) É, tem mais gente, mais criança que estamos tendo que localizar os pais (...) teve uma noite que eu fechei metade da van com menor de idade, veio a galera toda. Tem vezes que eu venho com duas vans e ainda fica gente de fora.”

(parecia ser o chefe do pessoal da secretaria)

“1) Meu nome é Natália, trabalho na SMASHD e estou hoje aqui com os meninos pra fazer o transporte. Já conheço as meninas aqui do Segurança Presente, (...) aproveito pra ver elas também. Conheço a Joana (também entrevistada) antes e reencontrei ela aqui.”

“2) Eu acho muito importante, A SMASHD atua 24 horas por dia. Se você não achar a van numa noite, por exemplo é só ir até algum CREAS ou POP que você vai ser atendido, atendemos familiares que vem pedir pra achar alguém na rua, tem número pra ligar...”

“3) Vou te confessar, não me sinto não, to pedindo minha transferência pra trabalhar na CREAS ali perto da minha casa, não quero ficar mais na rua e andando de van pela cidade não, não gosto de ficar perto da polícia também, mas eu só estou falando isso aqui porque está todo mundo ciente, não estou de fofoca não.”

“4) Sei das leis que regulamentam a assistência social, mas tenho que reler, e teve uma lei ou alguma coisa do Lula se não me engano, eu lembro de uma conversa dessa na época.”

“5) Está pior sim, de uns anos pra cá dá para ver que está pior. Mas você já ouviu falar de como tem ficado a situação das vans já (...) eu to velha demais pra isso” (se referindo aos outros dois que mencionaram a van cheia, eu acho)

(única mulher que trabalhava na Van da SMASHD)

“1) Boa noite, meu nome é Larissa, sou assistente social da PM do Rio de Janeiro há 10 anos, mas vim trabalhar com pessoas nessa situação né, de rua, tem pouco tempo até, eu estava trabalhando com atendimento de vítimas da Maria da penha antes (...) agora eu to aqui mas to estudando pra o concurso do Ministério Público, vou te confessar que aqui não é minha praia não”

“2) Acho muito importante que o poder público olhe para as políticas públicas como essa que você está vendo, que se lembre do serviço social, isso tem que entrar na cabeça dessas pessoas. (...) nas UPPs isso podia ser mais presente, muitas vezes trabalhar lá é problemático e acaba tendo que o policial fazer os dois serviços, como eu já muitos aqui que fazem, mas tem que ter verba e tem que ter isso em mente.

“3) (...) hoje trabalhar pra policia até eu corro risco, não falo pra todo mundo não (...) aqui mesmo, se passar um vagabundo doido, sei lá, vai todo mundo pro saco, trabalhar na rua no Rio de Janeiro é isso.

“4) De lei eu não entendo muito mas no Plano nacional de assistência social tem algumas diretrizes né, pelo menos pra gente que trabalha com eles, é alguma coisa.”

“5) Tá bem pior mas é por conta dessa crise toda né, se melhorar a situação econômica que nosso país infelizmente vive, vai vir menos gente pra rua, mas sempre vai ter isso também, não tem jeito.”

(Assistente social do projeto Segurança Presente)

5 – Relato

Depois de algumas conversas com algumas assistentes sociais do projeto Segurança Presente, no centro do Rio de Janeiro, me informaram sobre um evento que fariam com os moradores de rua antes do recolhimento diário ao abrigo/hotel. Me informaram que haveria uma palestra com uma psicóloga para se falar sobre saúde mental, como parte de uma campanha de conscientização do governo motivada pelo mês de Setembro (que ultimamente tem sido a Época de campanhas referentes à prevenção de suicídios. Então no dia acompanhei essa palestra ministrada pela Psicóloga Júlia (a mesma que consta na parte anterior deste trabalho), antes da reunião propriamente começar, bem perto de onde fica o centro de operações do antigo programa de segurança pública Lapa Presente (hoje intitulado de Segurança Presente), que fica localizado bem no centro da praça da Lapa, contrastando com muitos cariocas bebendo ao fim do expediente e muitos turistas a passeio, foram postas as cadeiras em formato de roda, um lanche posicionada na parte de trás dessa roda e foram distribuídos crachás (somente com a logo do projeto “Segurança Presente”) e adesivos amarelos. Durante isso foram sendo distribuídas as senhas para garantir uma vaga na van que iria ao abrigo ao final da palestra e do lanche. O relato sobre essa experiência é o que segue:

“Muitos dos presentes se recusaram a usar à a princípio o crachá, ouvi alguns dizendo que a polícia agrediria quem estivesse usando isso no final, outros só simplesmente se recusavam sem dizer nada, mas muitos destes que resistiram acabaram depois com o crachá, eles mesmos foram se tranquilizando. Também haviam muitas perguntas sobre o lanche e sobre o recolhimento ao abrigo, no começo poucos estavam interessados ou sequer

sabiam que haveria uma palestra sobre saúde mental e prevenção ao suicídio.

Ao me ver conversar com as assistentes sociais (que são as que todo dia estão nesse local e já são conhecidas por quem passa bastante ali) e ajudar a carregar algumas coisas, muitos vieram tirar dúvidas comigo e alguns se aproximaram para conversar antes e durante a palestra. Um deles, Ednei, conversou muito comigo e me explicou que já não estava mais em situação de rua, mas sempre vinha visitar as assistentes sociais que o ajudavam e que gostava de ouvir as palestras, ele ajudava sempre que podia, pedindo silêncio, acalmando alguns que estavam um pouco alterados e levando às assistentes quem tinha alguma necessidade especial. Sempre falando baixo e com calma, muito tímido, não falou em grupo em momento nenhum, mas contava para todos que queria contar a história dele para que isso ajude outras pessoas, e saiu de lá convencido que da próxima vez conseguiria.

Após todos se posicionar em roda, os que não conseguiram cadeira ficaram em pé atrás e assim se formaram duas fileiras de ouvintes. Depois de um momento de quase silêncio espontâneo, Júlia começou a palestra se identificando muito brevemente e somente menciona sobre o programa Segurança Presente que a trouxe. Ela então faz a pergunta para trazer a temática do evento: “Quem aqui já pensou ou tentou se matar?”, e não foi preciso muito tempo para que mais de metade dos ouvintes levantassem a mão, outros tiveram dúvida enquanto outros descrevem os pensamentos suicidas ou tentativas. Mas acho que essa pergunta afastou muitas pessoas que ali escutavam também, alguns ali estavam um tanto céticos e queriam somente o lanche ou ir ao abrigo no final. Refleti nesse momento em como é difícil fazer uma abordagem precisa pra um grupo tão diversificado. Acho que a psicóloga também estava atenta a isso e da sensação de horizontalidade que são as relações entre pessoas com casa e emprego e pessoas em situação de rua. Logo após um ouvinte dizer que ela não ia entender o entender, Júlia passou a contar da infância difícil dela em Nova Iguaçu, local onde mora até hoje mesmo depois de formada. Por um acaso, um dos ouvintes a conhecia porque já foram vizinhos e confirmou a história,

o que de fato chamou a atenção até dos mais céticos e a partir desse momento se fez mais silêncio enquanto Júlia falava.

Logo essa história e muitos desabafos a temática mórbida começou a mudar quando Júlia passou a abordar os motivos pra se viver ao invés de abordar o suicídio, que a partir daqui, pouco foi lembrado. Nesse momento foi difícil acalmar os ânimos (no sentido da ordem das falas ou discursos) e manter a conversa voltada para o tema, pois nessa parte o tema do vício foi muito abordado, aparentemente muitos ali atrelam a ideia de viver a algum vício e todos que ali falaram estavam incomodados com isso e queriam viver sem isso, então muitos citavam um dos motivos de viver como sendo viver sem o vício. Muitos dos motivos de viver de alguns ali eram somente deles e causavam até certo desconforto em alguns, que ficou bem claro quando uma mulher religiosa apontou glorificar Jesus como motivo de viver e que ele “livraria à vida das pessoas ali do vício e daria sentido a tudo”, e isso gerou um debate bem rico e profundo a respeito sobre a necessidade da religião para se condicionar a mente (e pode parecer irreal agora, mas essas foram as reais palavras usadas por eles).

Júlia mesmo bem satisfeita com o debate voltou a direcionar o assunto para os motivos de se viver, tentando trazer boas perspectivas, então perguntou o que eles fariam assim que essa situação de dificuldade passar (pois havia sido mencionado a pouco da transitoriedade que é esse momento que eles estão passando), nesse momento, muitos falaram de se encontrar com a família ou se der visto pelos outros como igual, mas me chamou muito atenção que logo em seguida, muitos falavam de voltar pra antiga profissão, e muitos ali começaram a falar sobre as antigas profissões com muito orgulho e com muita saudade. Muito diferente de tudo o que se escuta quando se atrela a situação de rua a “vagabundagem” ou ao ócio, o que eu ouvi naquela noite foram relatos de pessoas que tem um anseio enorme por trabalhar, uma valoração ao emprego e a dignidade que a sociedade atrela a ele. E eram muitas profissões, não me pareceram inventadas pois eram bem específicas e alguns relataram ter tido muitos empregos diferentes na vida, mas muitos ali vieram de profissões informais ou de fácil informalidade.

Depois dessa discussão Júlia disse que encerraria por ali (talvez tenha parecido rápido nesse relato mas foram aproximadamente 2 horas de

conversa). Nessa hora, era nítida a satisfação de Júlia ali, não é fácil conduzir discussões com esse público, e o natural seria uma sessão de desabafo coletivo, não só pelo número de presentes mas também pois a invisibilidade e a falta de voz fazem com que esses momentos em que se tem a oportunidade de falar e ser levado a sério sejam bem valorizados pelos ali presentes, e manter esse sentimento neles e assim o direcionar para que eles reflitam sobre o que o programa apresenta. No final eu descreveria esse evento como um debate guiado, pois ali eles falavam e eles ouviam para eles, enquanto Júlia muito mais ouvia e reagia ao que eles falavam do tentou expor algum direcionamento social a eles (mesmo sendo o objetivo final a prevenção de suicídios, os direcionamentos não foram daqueles óbvios como “valorize a vida” ou “pense em quem fica”).

Nesse evento tive contato com essa estratégia de diminuição dessa relação de horizontalidade para a absorção de algum direcionamento político e que isso pode ser muito assertivo quando se trata de políticas públicas voltadas a maior inclusão de determinado grupo na sociedade inteira. Políticas públicas que são voltadas ao bem estar e recuperação de pessoas talvez tenham muito a aprender com essa estratégia. Porém também fiquei com a impressão que a visibilidade da locação do evento (em frente a um dos pontos turísticos mais famosos do Rio de Janeiro), da caracterização dos ouvintes (crachás e adesivos) também poderiam demonstrar um intuito de maquiagem a situação que se torna cada vez mais presente numa área que houveram as chamadas “políticas públicas de revitalização”, que muitas vezes passa por afastar moradores de rua ou a maquiagem dessas e de outras situações indesejadas ao turismo.

6 – Considerações Finais

Considerando a discussão que aqui se fez sobre a instituição das políticas públicas voltadas as PSR e sua recente trajetória no Brasil e após isso acompanharmos visões das PSR com relação à problemática e sensibilidade jurídica, pode-se avançar em algumas conclusões a respeito da relação entre esses dois polos.

Como já visto, as políticas públicas são aquelas ações governamentais desenvolvidas por meio de programas e projetos, que tem o objetivo de garantir direitos e condições dignas de vida à sociedade como um todo. São estas políticas que asseguram à população o exercício do direito de cidadania, por meio de acesso as áreas da educação, saúde, trabalho, assistência social, etc. Pode-se conceituar também as Pessoas em Situação de Rua como um grupo populacional heterogêneo, constituído por indivíduos que têm em comum a pobreza extrema, a interrupção ou fragilidade de vínculos familiares, inexistência ou precariedade de moradia convencional regular, e ausência de emprego formal. São geralmente forçadas a habitar em logradouros públicos, áreas degradadas e, ocasionalmente, fazerem uso de abrigos e albergues para pernoitar.

Pode se observar pesquisando sobre o tema uma grande escassez de leis e políticas voltadas ao tema. Não há registro de esforços governamentais voltados para essa questão antes da constituição de 1988 trazer a tona toda a discussão sobre redemocratização e proteção aos direitos e garantias fundamentais. E mesmo depois da Carta Magna, se passaram alguns anos até que fossem realmente instituídas políticas nessa seara. Diferente do que pode ser verificado em relação a outros grupos sociais vulneráveis – a exemplo das crianças e adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência – o legislador constituinte não previu medidas específicas de proteção às pessoas em situação de rua. Já na legislação infraconstitucional, por mais de 20 anos após a promulgação da Constituição Federal, não havia disciplina específica de proteção a esse segmento social, algo que só veio a mudar em 2009. A inclusão dessa população nos censos demográficos do IBGE e o acesso ao atendimento básico de saúde oferecido pelo SUS, são assuntos que ainda não foram superados em 2019.

Se por um lado já há a deficiência no setor formal e legal, ao analisar a visão dessas pessoas com relação ao tema, pode-se notar um grande abismo entre esses polos. A precariedade dos serviços ofertados por essas políticas não conseguem atrair muitos dos que se encontram nessa situação (mesmo as pessoas que vivem nas piores condições da vida urbana) e quando conseguem atraí-los, há dificuldades no acolhimento por conta da pequena capacidade de atendimento. Foram bem mais raros entre os depoimentos colhidos elogios ao serviço de abrigo, por exemplo.

Outra disparidade entre o âmbito formal e o campo analisado foi perceber como a pesquisa nacional sobre pessoas em situação de rua, ocorrida em 2009, não reflete a realidade por ignoraram muitos aspectos intimamente ligados a rotina dessa população. Não é surpresa se chegar a um número tão baixo de apenas 31 mil pessoas (mesmo tendo sido realizada em 71 municípios do Brasil) quando se ignoram crianças nessa situação, pessoas que apesar de terem casa fazem da rua sua morada também, mesmo que temporária, entre outras situações que foram constatadas na rua mas não são abarcadas nessa pesquisa.

A valoração do trabalho foi um dos temas que mais se fizeram presentes nas conversas entre a população de rua e até mesmo entre os agentes públicos entrevistados. Embora a maioria das políticas serem voltadas para o problema de moradia (com o oferecimento de abrigos de acolhimento) a problemática do trabalho sempre se apresentava como um empecilho de se retornar ao lar e convívio social. A constante vergonha por não ter mais um trabalho ou se manter em um permeou quase todas os relatos e conversas que eu tive na rua para a realização desta pesquisa.

Pouco se fala sobre as dificuldades que eles enfrentam para procurar um emprego, que necessitam de dinheiro para o meio de transporte, um currículo impresso, conta em banco, telefone para contato, roupa adequada, condições de higiene. Lembrando também, que quando se consegue um emprego, é necessário ter um fundo de consumo para tentar sobreviver um mês, sem depender do salário inicial, que só é pago após um mês de cumprimento de serviço.

Foi observado então uma população muito diversa, com necessidades muito amplas e com inúmeras causas de se estar na rua. Porém, do outro lado, no aspecto formal foi encontrada muito pouca variedade de planejamentos, pesquisas e até mesmo menção a esse problema que se faz presente em quase todos os bairros dos centros urbanos do Brasil.

Como por exemplo, na política de assistência social, onde nos deparamos com um tratamento homogêneo frente a uma população heterogênea, poucos recursos e também pouca quantidade e condições de trabalho para os profissionais que atendem público. Por certo, inadmissível a manutenção, em um Estado de Direito, de situação como esta que aqui foi estudada, manifestamente inconstitucional em face a ausência de efetividade dos direitos básicos dos cidadãos que se encontram em situação de rua. Da mesma forma, é inconcebível que a atuação do Poder Público na tutela dessa parcela da população se limite à edição de atos normativos dotados de excessiva simbologia e inexpressiva concretização, voltadas para somente para o aspecto habitacional (e ainda assim temporário).

Espera-se com esse trabalho que seja estimulada a discussão sobre esse assunto, muito mais do que se afirmar alguma solução ou criticar as políticas públicas que aqui vimos que estão sendo efetuadas, o objetivo final desta pesquisa foi trazer aspectos talvez pouco ortodoxos para o meio acadêmico. A mudança da mentalidade antiga de que esse era um tema relacionado à igreja e a caridade tem que dar espaço a outro tipo de pensamento para que possamos começar a discutir essa problemática junto com tantas outras como já discutimos.

7 – Referência Bibliográficas

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004. Norma Operacional Básica NOB SUAS. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2010.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União